

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: UMA REVISÃO DE TEORIA E PRÁTICAS

Personal archives organization: a review of theory and practices

Priscila Rosa Martins¹ 

Rosane Suely Alvares Lunardelli² 

Diana Vilas Boas Souto Aleixo³ 

RESUMO

O objetivo do presente artigo é verificar as práticas de organização utilizadas e difundidas pela Fundação Getúlio Vargas, Fundação Fernando Henrique Cardoso e Fundação Oswaldo Cruz. As instituições foram escolhidas pelo fato de terem produzido material bibliográfico, apresentando metodologias de organização nas obras: Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC; Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais e Manual de organização de arquivos pessoais, respectivamente. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo. A hipótese era de que se apresentavam como material de conteúdo semelhante, porém foi perceptível a diferença anunciada em seus títulos por “metodologia”, “abordagem” e “manual”. O Manual de organização de arquivos pessoais apresenta parâmetros claros, como o processo de avaliação e aquisição de um acervo a ser incorporado para quaisquer instituições. Como iniciativa pioneira, a Metodologia de organização de arquivos pessoais merece ênfase ao apresentar suas experiências com arquivos de pessoas servindo de material basilar para outras instituições. Quanto a Tempo e circunstância, o caráter teórico discutido previamente aos procedimentos práticos traz relevantes considerações que devem ser aproveitadas para futuras experiências. É de suma importância discutir os exemplos que propiciaram as publicações das obras aqui analisadas. Foram referenciados os arquivos de homens, políticos e cientistas, há foco em figuras de

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui mestrado em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), licenciatura em Letras - Língua e Literatura Vernáculas (UFSC) e graduação em Arquivologia (UEL).

² Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação (UEL). Possui graduação em Biblioteconomia, mestrado e doutorado em Estudos da Linguagem (UEL) e pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília), mestre em Ciência da Informação (UEL), especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e bacharel em Arquivologia (UEL).



“relevância pública”. Embora seja crescente o interesse pelos arquivos de pessoas, é necessário que os/as pesquisadores elaborem discussões teóricas que irão contribuir para a prática.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos pessoais. Organização arquivística. CPDOC. FFHC. Fiocruz.

ABSTRACT

The present paper assesses organizational practices used and disseminated by Fundação Getúlio Vargas, Fundação Fernando Henrique Cardoso and Fundação Oswaldo Cruz. These institutions were chosen for their publication of works on Archivistics: Methodology for organizing personal archives: the CPDOC experience; Time and circumstance: the contextual approach of personal archives and Manual for organizing personal archives. Methodologically, the research was developed as a bibliographic review, of a descriptive nature. The hypothesis was that the above works were presented as similar in content, but the difference announced in their titles by words such as “methodology”, “approach” and “manual” was noticeable. Manual for organizing personal archives presents clear parameters, such as the process by which institutions may evaluate and acquire collections. As a pioneering initiative, Methodology for organizing personal archives deserves emphasis for presenting its experiences with personal archives, serving as basic material for other institutions. As for Time and circumstance, the relevant theoretical discussion which precedes its practical procedures should contribute to future experiences. It is extremely important to discuss the examples that led to the publication of the works here analyzed. References were made to personal archives of primarily “publicly relevant” individuals, such as politicians and scientists. Although there is a growing interest in personal archives, researchers must engage in theoretical discussions that will contribute to practice.

KEYWORDS: Personal archives. Archival organization. CPDOC. FFHC. Fiocruz.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano vivencia o mundo por abstração, observação e experiência, produzindo informação e gerando conhecimento. Apreendido em sociedade, à medida em que se desenvolvem processos de sistematização, organização e difusão, o conhecimento é elaborado, mas nem sempre partilhado de maneira registrada. Ao longo dos anos, o percurso é identificado pelos rastros deixados, fortalecendo a importância da gestão para tratar e armazenar as informações custodiadas.



No intuito de conservar e preservar o conhecimento adquirido, as sociedades desenvolveram técnicas que mudaram a relação do ser humano com a prática de guardar documentos que registram e testemunham eventos, trâmites e outros atos. No íntimo de seus lares, observa-se que as pessoas passaram a acumular itens que comprovam sua existência e as relações que estabelecem com os outros. Em caixas, pastas e gavetas não estão apenas fotografias e cartas, incluem-se registros de empréstimo financeiro, certidões, prescrição médica, mechas de cabelo, receita de bolo, diplomas, figurinhas de um álbum nunca completado. Eles são apenas alguns dos elementos que compõem os arquivos de pessoas⁴.

No campo específico da Arquivologia, os arquivistas têm contato com os arquivos de pessoas em contextos públicos e privados. Em algumas situações, instituições públicas e privadas recebem, geralmente, por doação ou compra, conjuntos documentais de pessoas que tiveram alguma representatividade social, política, artística, acadêmica. Há, também, os arquivos particulares que contêm informações compreendidas em várias fases do arquivo e que atendem a demandas individuais, envolvendo, por vezes, toda uma família.

Como a temática abrange os olhares de diferentes áreas do saber, o objetivo que norteou a presente pesquisa foi verificar as práticas de organização utilizadas e difundidas pela Fundação Getúlio Vargas⁵, Fundação Fernando Henrique Cardoso⁶ e Fundação Oswaldo Cruz⁷. A escolha das instituições deve-se ao fato de serem referências nacionais no que dizem respeito ao trabalho com arquivos de pessoas, além de terem produzido material bibliográfico, apresentando metodologias de organização nas obras:

⁴ Enfatiza-se a preferência pelo uso de "arquivos de pessoas" proposto por Camargo (2009) conforme será exposto posteriormente. Entretanto, devido ao uso recorrente de "arquivos pessoais", a nível de reflexão e atribuição de títulos de pesquisa, a forma também aparece no texto

⁵ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁶ Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/acervo-arquivistico>. Acesso em: 13 jun. 2023.



Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC (1998), Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais (2007) e Manual de organização de arquivos pessoais (2015), respectivamente.

2 ARQUIVOS DE PESSOAS: ENTRE PAPÉIS E TERMOS DISPERSOS

Os arquivos de pessoas têm sido utilizados como fonte de pesquisa e reflexão por estudiosos de História, Letras, Educação, entre outras. Cada área dispõe de métodos e terminologia próprios e, como resultado, observa-se uma gama, cada vez maior, de termos e conceitos sobre o mesmo corpus. Nesta pesquisa, é considerada a reflexão de Camargo (2009) ao elucidar que a atribuição “pessoal” pode designar ao menos três compreensões: documentos sobre pessoas, documentos acumulados sobre indivíduos e documentos identitários. Assim, a autora indica que o mais correto seria utilizar a expressão “de pessoa”.

Para Bellotto (2006, p. 266), um arquivo de pessoa é o “[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores artistas etc.”. No entanto, a autora delimita a pessoas que a forma “[...] de pensar, agir, atuar e viver possa [...]” influenciar outros pesquisadores da mesma área “[...] ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.” (Bellotto, 2006, p. 266).

Camargo (2009, p. 29) ressalta que “[...] nem tudo o que é conservado num arquivo pessoal tem ligação com a atividade que justificou seu ingresso na instituição de custódia.”, uma vez que a seleção também representa os critérios, missão e objetivos da instituição. A autora pontua que não são “quaisquer” pessoas que terão seus arquivos tratados, somente aquelas que alcançaram certo prestígio que “merecerão” ter seus registros custodiados e



difundidos. Em contrapartida, Oliveira (2013) frisa a relevância de estudar os arquivos de qualquer pessoa, pois ocupam um lugar na construção e preservação de uma memória coletiva, contribuindo para a compreensão da sociedade em sua pluralidade. Oliveira (2012 apud 2013, p. 33) ainda afirma que “[...] os arquivos pessoais representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. [...] São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo”. Assim, no exercício de construção da memória dos indivíduos, o processo de vivência, seleção e guarda possibilita a construção da memória coletiva.

A constituição de arquivos tão diversos e únicos revela pontos em comum, seus itens apresentam uma particularidade: “[...] o documento reflete uma realidade; não é a realidade concreta. É um discurso sobre a realidade [...]” (Bellotto, 2006, p. 263). Dessa forma, evidencia-se que o estudo de arquivos de pessoas pressupõe conhecer múltiplas possibilidades de leitura e interpretação.

Por muito tempo, teóricos, pesquisadores e historiadores consideraram os arquivos de pessoas como mera coleção (reunião artificial, sem relação), que permitiam serem tratados ou simplesmente manuseados de acordo com a necessidade do/a pesquisador(a) e demais usuários, tornando ausentes as relações estabelecidas pelos indivíduos. No tocante às “liberdades” dos titulares, Silva (2013) aponta três vertentes: a da acumulação (são guardados apenas o que há interesse e/ou obrigação), a da organização (desprendimento a regras para ordenar seus próprios documentos) e da seleção (estabelecer critérios individuais de avaliação e descarte). Hoje, a iniciativa de recolher e receber esse tipo de fundo tem promovido novos olhares para o que é acumulado em casa, assim como traz à tona um imbróglio em relação à própria prática e teoria arquivística.

Conforme Lopes e Rodrigues (2018), há uma variedade de termos empregados para definir tais conjuntos documentais pelas instituições públicas brasileiras. As autoras fizeram um levantamento em 20 instituições que



utilizavam, além de dos termos “fundo”, “coleção”, “arquivo” e “acervo”, as combinações: “fundo privado”, “fundo pessoal”, “fundo documental privado”, “arquivo privado”, “arquivo particular”, “acervo textual privado” e “acervo privado”. A falta de uniformidade é vista pela aplicação de conhecimentos biblioteconômicos e museológicos que, por muito tempo, correspondiam às instituições e práticas que recebiam os arquivos de pessoas. Observando que tal abordagem ainda é recorrente, as autoras concluem que ignorar a contribuição da Arquivologia resulta na multiplicidade de tradições e práticas, apesar da disciplina dispor de instrumentos para a padronização e unificação da terminologia da área (Lopes; Rodrigues, 2018).

Nas diversas publicações da área, é perceptível a carência de uniformidade em relação aos termos empregados, o que leva alguns autores a afirmarem que se a terminologia arquivística é pouco precisa, pode estar longe de ser uma ciência exata (Rangel; Silva, 2021). Outrossim, há quem assegure que não existe terminologia consolidada, observando o baixo grau de homogeneidade e consonância.

Sem se estender nesse debate, Bellotto (2002, p. 7) delimita como escopo: “[...] o documento de arquivo, graças a seus elementos substanciais, fortemente ancorados nos princípios [...] é, indubitavelmente, prova do exercício das funções/atividades da entidade produtora/acumuladora do documento”. Os documentos de arquivo têm características próprias e os arquivistas devem seguir alguns princípios em sua prática. Tais características são responsáveis por diferenciar o documento arquivístico de outros documentos, determinando o objeto da Arquivologia, já os princípios têm relação direta com a própria definição do campo científico (Rangel; Silva, 2021).

A dificuldade em indicar uma base terminológica consensual foi tema da palestra de Bellotto (2015) por ocasião do Seminário “Dar nomes aos documentos: da teoria à prática”. Visando os arquivos pessoais de políticos, a autora apresentou algumas reflexões como a constituição dos arquivos acumulados por pessoa física, com documentos que se definem em



“obrigatório”, “prudente/útil” e “sentimental”. O problema é que, no processo de tratamento dos fundos, em cada fundo, aparecem itens que desafiam os saberes arquivísticos. Na palestra, a autora enfatizou a necessidade de um grupo de trabalho para chegar a esse consenso e, por fim, sugeriu que, diante de tipos “sem nomes”, devem ser observados a proveniência, função, aparência, o teor e a última custódia (Bellotto, 2015).

Partindo do reconhecimento desses aspectos em relação aos arquivos de pessoas, passou-se à leitura integral das três obras e análise, buscando ressaltar as particularidades descritas pelas fundações. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, de caráter descritivo.

3 ANÁLISE DAS OBRAS E INSTITUIÇÕES

Ao se observar os títulos e a classificação biblioteconômica atribuída nas fichas catalográficas das obras escolhidas para análise (*Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência CPDOC, Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais e Manual de organização de arquivos pessoais*), é possível identificar diferentes objetivos nos manuais. Inicialmente, destaca-se a presença da palavra “organização” em dois dos três títulos.

Organizar é “dar certa ordem ou forma regular a (série de itens, um todo); arrumar, ordenar”, “planejar e prover do necessário para a realização”, “juntar elementos, indivíduos para compor (grupo, todo)”, “adquirir certa estrutura, forma, estruturar” (Houaiss, 2015, p. 689). Do ponto de vista etimológico, é “estabelecer as bases” (Cunha, 2010, p. 463).

No saber e fazer da Arquivologia, a organização corresponde ao desenvolvimento adequado das funções arquivísticas. De acordo com Rousseau e Couture (1994), as funções basilares são: produção/criação, avaliação, classificação, descrição, difusão, preservação e aquisição. A etapa da classificação demanda um maior esforço organizativo, por isso acaba por



estabelecer uma relação de dependência com as outras etapas, que podem ocorrer concomitantemente, como a descrição e difusão.

Macêdo (2018) esclarece que o processo de classificação é realizado em arquivos correntes, enquanto em arquivos permanentes são elaborados os arranjos. Segundo a autora, na década de 1980, houve tentativa de usar o termo “organização” em vez de classificação, percebendo que “classificação” é frequentemente usada na Biblioteconomia e, na prática arquivística, confunde-se com ordenação.

Ainda nos títulos das obras em análise, percebe-se distinções entre “metodologia”, “abordagem” e “manual”. De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (2010, p. 424), metodologia deriva de método: “[...] ordem que se segue na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar um fim determinado”. No *Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2015, p. 636), o verbete recebe a seguinte definição: “conjunto de métodos, princípios e regras empregados por uma atividade ou disciplina”. Somente no *Dicionário Priberam na Língua Portuguesa On-line* (2023), há referência à prática: “aplicação do método no ensino”. Assim, é possível concluir que a escolha por “metodologia” implica a apresentação de um processo investigativo e que dele surgem algumas regras e práticas a serem aplicadas. No tocante à classificação da Classificação Decimal de Dewey (CDD), a ficha catalográfica enumera:

1. Arquivos familiares e 2. Arquivos - Organização.

O segundo livro destaca a “abordagem”, ou seja, substantivo derivado do verbo abordar: “ação ou efeito de abordar” (Cunha, 2010, p. 4). Empregado em um contexto teórico, entende-se por abordagem: “qualquer tipo de aproximação” e ainda “maneira ou método de tratar ou interpretar algo” (HOUAISS, 2015, p. 5). Na ficha catalográfica, estão apontados 1. Arquivos pessoais, 2. Arquivos - Teoria e 3. Arquivos - Metodologia.

Ao terceiro foi atribuído “manual”. Por definição, manual é “livro que sumariza as noções básicas de uma matéria ou assunto”; “guia prático que explica o funcionamento de algo” (Priberam, 2023, on-line). No *Pequeno Dicionário Houaiss* (2015, p. 616), a



palavra recebe duas entradas distintas, sendo a primeira relativa à mão e, a segunda, “livro pequeno que contém as noções de uma matéria, técnica, uso de um produto”. Em sua ficha, a indicação é mais abrangente, sendo 1. Arquivologia, 2. Arquivos pessoais e 3. Organização e administração.

Tais diferenças e semelhanças serão problematizadas à medida em que se desenvolverem as leituras. No momento, é importante frisar que a escolha por “abordagem”, pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, refere-se à abordagem contextual, logo, indica um campo teórico-crítico mais abrangente do que as outras publicações.

3.1 Fundação Getúlio Vargas

Com o objetivo de qualificar profissionais para a administração pública e privada, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciou suas atividades em 1944⁸. Somente em 1973, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado. Também com o compromisso de promover cursos de graduação e pós-graduação, tinha o intuito de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história do país⁹.

No momento da publicação de *Metodologia de organização de arquivos pessoais*: a experiência CPDOC, em 1998, estava como coordenadora do Setor de Documentação, a servidora Priscila Fraiz¹⁰, graduada em Ciências Sociais, mestra em Letras e doutora em História da Ciência, com a seguinte tese: “Coleções em arquivos, museus, e bibliotecas: uma abordagem arquivística”, defendida em 2005, sob orientação da professora Ana Maria de Almeida Camargo¹¹. Fraiz permaneceu na instituição durante os anos de 1979 a 1999, exercendo os cargos de pesquisadora e documentalista, trabalhando no tratamento técnico de arquivos pessoais. Deixou a instituição para assumir, ainda

⁸ Disponível em: <https://portal.fgv.br/institucional>. Acesso em: 20 maio 2023.

⁹ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em: 20 maio 2023.

¹⁰ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4748062631090684>. Acesso em: 20 maio 2023.

¹¹ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8683852109548456>. Acesso em: 20 maio 2023.



em 1999, cargo na Fundação Oswaldo Cruz.

Na apresentação do livro, Fraiz ressalta o pioneirismo do CPDOC, servindo de parâmetro para outras instituições. Destaca que o material passou por uma revisão a fim de corrigir erros de impressão e certas imprecisões, além de tentar acompanhar as mudanças tecnológicas. Por fim, enfatiza que um manual tem duas propriedades: “Permanência, pela sua estabilidade constante, atestando determinados passos em determinadas épocas; e transitoriedade, por afirmar a necessidade de uma contínua mudança, o que torna nossa *Metodologia* um rumo/rima e não uma solução.” (CPDOC, 1998, [s. p.], grifos da autora).

O sumário está dividido nos seguintes capítulos: Procedimentos iniciais; Documentos textuais não impressos; Documentos visuais, sonoros e audiovisuais; Documentos impressos e Anexos. Nesse último, estão as fichas, os modelos e guias utilizados no CPDOC.

Ler *Metodologia de organização de arquivos pessoais* é adentrar pela História Política do Brasil. Personalidades e fatos históricos tornam-se exemplos de práticas arquivísticas e biblioteconômicas como personagens de uma narrativa. No momento da publicação do livro, a organização no CPDOC poderia ser feita seguindo critérios funcionais, temáticos, geográficos ou tipológicos. No processo descritivo, utilizavam como base o livro *Linguagem controlada em história do Brasil e áreas afins* e o *Código de catalogação anglo-americano*.

A partir das séries propostas, os arquivos eram divididos por: a) correspondência (cartas, telegramas, cartões, bilhetes); b) documentos pessoais (certidões, diplomas, títulos, carteiras, diários, declarações de imposto de renda, biografias, currículos); c) produção intelectual (discursos, relatórios, artigos, entrevistas); d) recortes de jornais e, às vezes, e) documentos complementares (coletados postumamente). Por questões de acondicionamento, fotografias, filmes e fitas eram tratados pelo subsetor do Audiovisual, mas possuíam uma “guia de transferência” para registrar sua origem no acervo.

No primeiro capítulo, “Procedimentos Iniciais”, são apresentadas as etapas de trabalho desde o contrato de doação de um acervo. Observa-se a referência ao “respeito



à proveniência dos documentos [...]” (CPDOC, 1998, p. 11). Entretanto, no segundo, “Documentos Textuais Não-Impressos”, ao tratarem do arranjo, destacam o desafio dos organizadores, pois é preciso levar em consideração a disposição dos documentos no momento da doação. No entanto, alerta-se que “Não se deve confundir, contudo, a ordem original com a organização dos documentos no arquivo. Se na maioria das vezes é possível apreender uma lógica de acumulação do material [...]” (CPDOC, 1998, p. 13), pois, conforme frisado no documento, a maior parte dos arquivos chega ao CPDOC sem nenhuma organização e o/a colaborador(a) da instituição deverá estabelecer uma lógica que permita o acesso por parte dos usuários.

Compreende-se que o CPDOC teve como intuito diferenciar as etapas de recebimento e tratamento dos conjuntos documentais, sem deixar de lado a preocupação de explicitar que os sentidos atribuídos por quem produziu podem ser considerados um dos critérios. É preciso reconhecer a ordem original, ou melhor, a relação de produção dos documentos que poderá orientar os arquivistas a compreenderem a “lógica de acumulação” física e os motivos do arquivo ter sido “ordenado” daquela maneira. Só após esse processo do qual o quadro de arranjo é produto, poderá ser estabelecida uma “lógica de acesso” para viabilizar a difusão.

Em Metodologia de organização de arquivos pessoais, é dedicado um capítulo especial para os “Documentos impressos” os quais são documentos considerados complementares, tratados pelas regras biblioteconômicas. Segundo consta, “[...] são recebidos e tratados livros, folhetos, periódicos, mapas e plantas que se referem diretamente às atividades exercidas pelos titulares dos arquivos e nos quais sua trajetória política ou profissional encontra-se refletida” (CPDOC, 1998, p. 71).

No capítulo referente aos “Documentos visuais, sonoros e audiovisuais”, os autores do livro citam os instrumentos que usam para organizar e recuperar as informações. Ressaltam que se trata de material diferenciado e que foram observadas a necessidade e a demanda dos usuários, criando, assim, vários catálogos específicos: 1) catálogo geral de arquivo, 2) específico de autor, 3) de título, 4) de assunto e 5) cronológico. Para a organização deles, optam pela sequência alfabética e cronológica.

Para os “Documentos impressos”, são formulados catálogos: 1) onomástico, 2) de



assunto, 3) de título, 4) de fundo arquivístico, 5) topográfico e 6) de registro. Para eles, também se adota a ordem alfabética, destacando aqui que o catálogo de fundo arquivístico é organizado alfabeticamente pelo nome do/a titular do arquivo e pela entrada de autoria de cada documento.

3.2 Fundação Fernando Henrique Cardoso

Criado por incentivo da Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes, o Instituto Fernando Henrique Cardoso foi inaugurado em 2004. No ano de 2010, recebeu o título de Fundação como reconhecimento por se tornar um lugar de debate, além da disseminação de conhecimento¹².

A publicação bilíngue *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* é apresentada por Danielle Ardaillon¹³, curadora do tratamento técnico do acervo pessoal do ex-presidente. Ardaillon é formada em Ciências Sociais, mestra em Ciência Política e doutora em Sociologia. Dos desafios de sua responsabilidade, destaca que a “gestão de um acervo desse tipo não requer forçosamente a posse de um diploma de arquivista. Saber organizá-lo e preservá-lo, sim” (Ardaillon, 2007, p. 12). Dessa forma, destaca o trabalho fundamental das historiadoras Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart¹⁴ (especializada em Arquivologia). Integraram a equipe bibliotecários, estagiários e os arquivistas: Cynthia Faria, Alexandre de Almeida, Fabio Botelho, Marlene Souza e Renata Bassetto de Oliveira.

O livro está dividido em dois blocos. O primeiro, chamado “Ponto de partida”, traz questões teóricas em “O acervo e seus contornos”, “Da teoria à prática” e “Opções metodológicas”. O segundo, “Procedimentos”, aborda “Alimentação da base de dados” e “Consulta à base de dados”. O volume também dispõe de anexos com glossário de documentos e tipo de eventos. No

¹² Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/sobre/apresentacao-por-fhc>. Acesso em: 20 maio 2023.

¹³ Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/sobre/apresentacao-por-fhc>. Acesso em: 20 maio 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/?p=5051>. Acesso em: 20 maio 2023.



site do acervo da FFHC (<http://acervo.ifhc.org.br>), é possível acessar dois glossários: um de atividades e eventos, outro de documentos.

A obra traz como reflexão inicial as perguntas “quando” e “como” de forma a instigar o desafio no tratamento desses acervos. Sugere que reconhecer a acumulação de documentos de mesmo tipo, constituindo séries, e a identificação da circunstância que deu origem ao documento podem ser chaves de compreensão nesse âmbito.

A obra traz como reflexão inicial as perguntas “quando” e “como” de forma a instigar o desafio no tratamento desses acervos. Sugere que reconhecer a acumulação de documentos de mesmo tipo, constituindo séries, e a identificação da circunstância que deu origem ao documento podem ser chaves de compreensão nesse âmbito.

O acervo é composto pelos arquivos de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Corrêa Leite Cardoso. Inclui também a biblioteca do casal, com livros e periódicos. A primeira consideração que guiou a organização levou

[...] a necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram. Qualquer outro tratamento [...] poria em risco a organicidade da documentação (Camargo; Goulart, 2007, p. 35-36).

Em relação à FHC, os documentos foram separados pelo grupo de trabalho em três blocos, tendo como critério a atuação política de FHC por períodos: pré- presidencial, presidencial e pós-presidencial. No período pré-presidencial, o qual abarca infância, vida acadêmica, formação familiar, constam: a) correspondência (com instituições de ensino e pesquisa, de cidadãos brasileiros); b) documentos relacionados à carreira docente (cadernetas de campo, notas de leitura, planos de aula, projeto); c) administrativos (Centro brasileiro de análise e planejamento – Cebrap); d) eventos eleitorais (discursos, entrevistas, relatórios de pesquisa de opinião, reportagens fotográficas etc.); e) cópia de documentos parlamentares (leis,



emendas, relatórios); f) dossiês (dívida externa, energia e alianças partidárias); g) clipping (noticiário de imprensa) e h) outros (referentes a Joaquim Inácio Batista Cardoso, avô, e Leônidas Cardoso, pai de Fernando Henrique).

No período presidencial: a) acervo privado de interesse público (relatórios, roteiro de eventos, notas preparatórias de viagens e reuniões, pareceres técnicos, condecorações, presentes, agendas de compromisso, prospectos etc.); b) correspondência (autoridades, instituições, amigos, bilhetes, telegramas), entre outros.

Tendo em vista a atuação presente de FHC, o período pós-presidencial ainda recebe documentação, iniciado após 2003. Entre elas: a) correspondência, b) projetos, c) noticiário de imprensa, d) certificados e diplomas.

Cabe frisar que a obra se propunha a um levantamento de pressupostos teóricos no que concerne à organização dos arquivos de pessoas. Entre eles, a problemática de serem considerados coleções, receberem tratamento individual e biblioteconômico, bem como a dificuldade de relacioná-los a um valor probatório ou ainda a liberdade dos pesquisadores em atribuírem sentido e suas próprias interpretações. Entretanto, tais iniciativas são vistas como lacunares:

Nos arquivos pessoais haveria sempre uma zona de penumbra, marcada pela presença de documentos que, a exemplo dos diários íntimos, não teriam força probatória dos que decorrem de transações, e nessa medida ficariam excluídos da área de competência dos arquivistas (CAMARGO; GOULART, 2007, P. 40).

Na obra, as iniciativas são avaliadas como um equívoco, um entendimento superficial e linear, proclamando “[...] a impossibilidade de se respeitar a ordem original dos documentos” (Camargo; Goulart, 2007, p. 42). A partir de tal observação, apresenta-se como coerente considerar o contexto.

Ao contrário dos documentos que adquirem status probatório a partir da atribuição de significado que o historiador, por força do



método, é sempre capaz de realizar, os de arquivo se caracterizam por manter, em relação às entidades de origem, um vínculo referencial estável e absolutamente alheio aos inesgotáveis sentidos que os pesquisadores, com diferentes recortes temáticos ou enfoques teóricos, podem lhes emprestar (Camargo; Goulart, 2007, p. 47).

No capítulo “III Opções Metodológicas”, são explorados alguns dos critérios utilizados para a organização, dividindo em “configuração lógica”, determinada a partir da organicidade, e em “configuração material”, definida pela necessidade de acondicionamento e armazenamento de cada item. Nota-se a preocupação com a descrição:

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteadada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem, de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda (Camargo; Goulart, 2007, p. 60).

Dessa forma, é reafirmada a linha teórica seguida pelas práticas realizadas na FFHC sem desconsiderar as funções de cada documento.

Com base no processo de descrição, o grupo evidencia, mais uma vez, o valor da informação contextual para organizar os documentos.

Conforme indicado em documentos como a Norma de Brasileira Descrição Arquivística (NOBRADE), são preenchidos os campos: “Identificação”, “Contexto”, “Notação” e “Informações complementares”. Entretanto, somente o preenchimento das informações básicas para contemplar a norma restringem, em grande parte, a busca, o acesso e a compreensão da existência dos itens cadastrados. Tendo isso em vista, no campo “Contexto”, as autoras contemplam novas combinações e recuperações para ser feitas e refeitas. É o exemplo de um discurso pronunciado pelo recebimento do título de doutor *honoris causa*. Os documentos provindos desse evento poderão compor uma série com outros de teor similar além de estarem vinculados ao evento especificamente.

Outra contribuição é a construção de uma base de dados dividida a partir



da linguagem identificada, sendo: documentação textual, sonora (ou fotográfica), iconográfica, audiovisual, tridimensional (ou realia).

O trabalho realizado na FFHC também elaborou um Glossário que, segundo Camargo e Goulart (2007), visa corrigir equívocos comuns, incoerências, evitar palavras estrangeiras e promover o uso de termos mais adequados, reavaliar algumas nomenclaturas próprias da língua portuguesa que designam a ação e o registro em texto, ou ainda não deixar de contemplar formas híbridas que passaram por processo de migração.

3.3 Fundação Oswaldo Cruz

Em 1902, o bacterologista Oswaldo Cruz assume a direção do Instituto Soroterápico Federal. Envolvido em pesquisas para a fabricação de soros e vacinas contra a peste bubônica, foi responsável também pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro. O reconhecimento e alcance das expedições científicas que realizava foram cruciais para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em comemoração ao centenário de nascimento de Cruz, em 1972, a instituição passa a chamar Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹⁵. A Casa de Oswaldo Cruz (COC) dedica-se à preservação da memória da Fiocruz, servindo também de fonte e fomento de pesquisa na área da história, saúde e ciências.

A apresentação do *Manual de organização de arquivos pessoais* foi escrita pelo diretor Paulo Elian¹⁶. Além do cargo na instituição, atuou no Arquivo Nacional e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). No texto de abertura, Elian enfatiza a importância das publicações de manuais para a área arquivística, citando o “Manual dos Holandeses”, e destaca a relevância da disseminação de conhecimento prático que propicia também reflexão para o campo teórico. Com toda sua formação acadêmica na área de História, defendeu a tese “A arquivística

¹⁵Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/linha-do-tempo>. Acesso em: 20 maio 2023

¹⁶Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3208337271858261>. Acesso em: 20 maio 2023



no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina”, em 2008, orientado por Heloísa Liberalli Bellotto.

Na introdução, os autores do manual traçam um breve percurso histórico da inserção dos arquivos pessoais em instituições de guarda, marcado por um período pós- ditadura, em 1970. Depois, referem-se à valorização da memória individual e coletiva, na década de 1990, como resultado da reconquista dos direitos civis e participação da sociedade na política nacional.

No tocante a diretrizes e padronização de práticas, a Fiocruz define os arquivos pessoais como aqueles que “podem ser constituídos por documentos textuais, iconográficos, bibliográficos, sonoros, audiovisuais, além de objetos tridimensionais” (FIOCRUZ, 2015, p. 29). Tal esclarecimento se faz necessário, uma vez que encontravam, com frequência, rochas, insetos, ossos, itens que assumiam a função probatória em arquivos de cientistas e pesquisadores (Delmas, 2010), evidenciando o caráter múltiplo da formação de um arquivo pessoal, de maneira a evitar prejuízos no processo de fragmentação ao valorizar apenas alguns gêneros e/ou tipos.

No sumário, encontram-se divididas as atividades por Aquisição; Organização do arquivo; Acondicionamento e armazenamento; Bibliografia e Anexos. Neles estão dispostas informações complementares como a cronologia de Oswaldo Cruz, bem como um exemplo de quadro de arranjo, procedimentos preliminares para arquivos pessoais, roteiro de entrevista, instruções para descrição etc. O *Manual de organização de arquivo pessoais* enaltece o caráter didático do material, visando compartilhar suas práticas e auxiliar outras instituições que recebem esses acervos.

Os conjuntos documentais da Casa Oswaldo Cruz (COC) são provindos de projetos de 1986, como o Acervo de Depoimentos Orais sobre a História da Fundação Oswaldo Cruz e das Práticas de Saúde Pública (Memória Manguinhos), e Memória da Assistência Médica da Previdência Social, dando destaque a personalidades dos campos das ciências biomédicas e da saúde pública, como o acervo pessoal do próprio Carlos Chagas Filho.



Na década de 1990, a instituição recebeu o Arquivo Oswaldo Cruz e o Arquivo Walter Oswaldo Cruz, nomeados no Programa Memória do Mundo da Unesco. Após o período, o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), criado em 1989, passou a implementar

[...] sua política de captação de arquivos pessoais de cientistas, sanitaristas, profissionais da saúde e técnicos, cujas trajetórias contribuíram para a história das ciências e da saúde. [...] Hoje, a captação de arquivos pessoais orienta-se pela Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC, 2013), segundo a qual “os arquivos institucionais e pessoais têm como parâmetros temáticos as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais alinhadas à missão institucional” (FIOCRUZ, 2015, p. 11).

A proposta da instituição visa fornecer um conteúdo condizente para a demanda e necessidade dos pesquisadores da área, abordando desde políticas à aquisição dos acervos. Afirmam que partiram da metodologia difundida pelo CPDOC, mas o material foi revisto após os anos 2000 para atender a características dos arquivos pessoais ligados à história da saúde e da ciência. Infere-se que a instituição faz uso da NOBRADE e do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*.

Sobre o processo de aquisição, a instituição assume ser crucial avaliar as condições de preservação e futura disseminação do acervo. Além do alinhamento com seus objetivos, a missão e os valores, faz-se relevante que o/a arquivista ou documentalista responsável pela avaliação tenha “[...] domínio sobre a trajetória do produtor do arquivo e sobre a área de conhecimento e os temas por ele cobertos” (FIOCRUZ, 2015, p. 14).

Após assinado o termo de transferência, a COC segue para o planejamento de transporte do acervo. Novamente, encarrega um conservador e um arquivista ou documentalista, “uma vez que o principal objetivo do planejamento é assegurar a integridade física do acervo e garantir que não se comprometa a ordem original dos documentos durante os processos de embalagem, transporte e guarda do acervo na instituição” (FIOCRUZ, 2015, p. 16). Se



identificado objeto tridimensional, a exemplo de troféu, um museólogo deverá integrar a equipe.

No tocante à organização do arquivo, estão previstas as etapas de identificação, arranjo, descrição, codificação e da guarda ordenada. Aqui, mais uma vez, há referência à “lógica de organização” adotada pelo/a produtor(a) e/ou custodiador(a), integrando o conhecimento do processo de constituição do arquivo, de forma a possibilitar uma abordagem contextual. Sobre o aspecto, percebe-se que o tratamento dos acervos prevê que toda ação realizada deve ser planejada anteriormente e projetando os próximos passos:

A existência de uma ordem original na organização dos documentos é outro aspecto a verificar na etapa de identificação. Caso exista, a lógica ou lógicas de arquivamento devem ser objeto de análise, para que se decida sobre sua manutenção ao compor-se o quadro de arranjo do arquivo. Pesam nessa decisão, sobretudo, o que essa organização expressa acerca do produtor e do processo de constituição de seu arquivo, bem como sua pertinência para o uso do acervo como fonte de pesquisa. De todo modo, informações dessa natureza devem ser contempladas na identificação, pois elas serão registradas no campo de descrição “História arquivística” [...] (FIOCRUZ, 2015, p. 24).

Percebe-se que dois critérios são caros para a COC. O primeiro diz respeito à identificação do contexto em que o arquivo foi formado (equivalente à trajetória de vida do/a produtor(a), ou seja, implica estudo biográfico), o segundo, destina-se à identificação dos próprios documentos (realizando mapeamento das espécies e tipos documentais). Os arquivos são então divididos em grupos e subgrupos: a) vida pessoal, b) formação e administração da carreira, c) docência, d) pesquisa, e) gestão institucional e f) relações interinstitucionais e intergrupos.

No processo de tratamento, a COC elabora um glossário de tipos documentais. Também esclarece que, por se tratar de arquivos permanentes, produz o quadro de arranjo na etapa de organização. Outro aspecto relevante é considerar a relação cronológica, que permite combinar as informações entre os grupos. “A cronologia é alimentada durante todo o processamento técnico do



arquivo, com dados obtidos de seus documentos e outras fontes, e constituirá também elemento valioso de informação para os pesquisadores do arquivo, uma vez disponível para consulta.” (FIOCRUZ, 2015, p. 23).

Por fim, nas etapas de acondicionamento e armazenamento, é produzido um inventário topográfico de modo a localizar os documentos que foram separados de suas séries para atender às necessidades específicas de preservação e conservação.

4 OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA

No decorrer das leituras das obras selecionadas, partiu-se do pressuposto que se apresentavam como material de conteúdo semelhante, porém foi perceptível a diferença, anunciada em seus títulos, escolhendo entre denominar uma “metodologia”, “abordagem” e um “manual”.

O *Manual de organização de arquivos pessoais* (Fiocruz/COC) apresenta parâmetros claros, como o processo de avaliação e aquisição de um acervo a ser incorporado, para quaisquer instituições. Nessa consideração, também se deve visualizar a passagem temporal, bem como o desenvolvimento e fortalecimento das práticas arquivísticas nesses contextos. Como iniciativa pioneira, a *Metodologia de organização de arquivos pessoais* (FGV/CPDOC) merece ênfase ao apresentar suas experiências com arquivos de pessoas, servindo de material basilar para outras instituições. Quanto à obra *Tempo e circunstância* (FFHC), o caráter teórico discutido previamente aos procedimentos práticos traz relevantes considerações que devem ser aproveitadas para futuras experiências.

Interessante ainda observar que, segundo a classificação biblioteconômica, as obras *Metodologia de organização* (FGV/CPDOC) e *Manual de organização de arquivos pessoais* (Fiocruz) recebem entrada de “organização”, enquanto a *Tempo e circunstância* (FFHC) é atribuído “teoria”; “metodologia”. Tal observação ressalta o caráter teórico da obra, apresentando, inclusive, a abordagem contextual. No que diz respeito à



primeira definição, somente o material do CPDOC é classificado como “arquivos familiares”, sendo as duas outras mais atuais como “arquivos pessoais”.

Conforme afirmado, não se deve deixar de ter em vista o período de elaboração e publicação das obras, ou seja, o contexto de sua criação, visto que acompanham o desenvolvimento e reconhecimento dos cursos de Arquivologia. Em relação aos profissionais envolvidos, percebe-se o amadurecimento da área e o destaque para os arquivistas nas obras mais recentes. No CPDOC, as práticas compreendiam aos documentalistas, enquanto a FFHC opta por trazer um debate acerca das diferenças de atuações entre historiadores e arquivistas nos arquivos, assim como esclarece, desde o início, que bibliotecários fizeram parte do processo. Para a Fiocruz, arquivistas e documentalistas desempenham função similar, podendo ser auxiliados por conservadores e museólogos, a depender dos itens do acervo.

No tocante ao estudo desenvolvido nas três obras, é relevante afirmar que, em síntese, são considerados itens constituintes dos arquivos de pessoas: cartas, documentos identitários, documentos fotográficos, documentos relacionados às atividades profissionais. Assim como nos arquivos administrativos, tais fundos são constituídos por “várias mãos”, seja na assinatura de um diploma, no remetente de uma carta ou até na guarda de uma homenagem póstuma, sendo a função que os documentos desempenham determinante para a organização de um arquivo. Artigos de uma vivência íntima e particular de cada produtor do acervo, como cadernos de anotações e citações, calendários e planejamentos pessoais não foram explorados pelas obras analisadas. Somente o CPDOC citou a existência de diários. Tal observação merece destaque, uma vez que as espécies e tipos documentais mantêm vínculo com algo que há de individual naquele sujeito que acumula. Refletem o modo como viveu e qual interpretação deu para seus registros.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas confirmam que estudar os arquivos carece de uma integração maior entre prática e teoria, a exemplo da dificuldade de serem aplicados conceitos condizentes para o fazer arquivístico. Assim como, é de suma importância discutir as escolhas que propiciaram as publicações das obras aqui analisadas. Uma vez que, visivelmente, refletem o recorte social da história a ser contada: quem são os personagens que serão lembrados?

No corpus do presente trabalho, foram referenciados os arquivos de homens, políticos e cientistas, pessoas que receberam visibilidade. Observa-se que o foco permanece em figuras de “relevância pública”.

Dessa forma, acredita-se que o estudo desses arquivos, já institucionalizados, deve amparar a preservação da memória coletiva, contribuindo para a compreensão da sociedade em sua pluralidade, bem como fornecer subsídios e visibilidade para a recepção e difusão dos arquivos do cidadão “comum”.

Embora seja crescente o interesse pelos arquivos de pessoas, é necessário que os pesquisadores elaborem discussões teóricas que irão contribuir para a prática. Além disso, a remissão aos termos e expressões é vista como um caminho para o contínuo desenvolvimento da área, mapeando entradas e definições, bem como apresentando seus sinônimos. Nesse âmbito, o uso de vocabulário controlado em relação a teorias, práticas e metodologia pode ser uma opção para promover um cenário diferente.

De acordo com o cenário apresentado, considera-se que o objetivo do presente estudo foi alcançado. Espera-se que as questões aqui apresentadas suscitem outras reflexões e estudos a respeito desse tão valioso arquivo e seu papel na construção e preservação da memória de uma sociedade.



REFERÊNCIAS

- ARDAILLON, Danielle. Apresentação. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007, p.9-17
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: AASP, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: ARDAILLON, D. (org.) **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 272-284
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007.
- CPDOC. Metodologia de organização dos arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 20 maio 2023.
- FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2015.
- HOUAISS, Antonio. **Pequeno Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.
- LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 53, p. 87-95, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p87/37379> . Acesso em: 20 maio 2023.2018
- MACÊDO, Patricia Ladeira Penna. **Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de



Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28- 51, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrievefile.pl?id=0232371d994be64144419fdbd34359c9>. Acesso em: 20 maio 2023.

RANGEL, Kíssila; SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Princípios e características de documentos arquivísticos: algumas questões terminológicas. **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 1-21, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/946/917>. Acesso em: 20 maio 2023.

ROUSSEAU, Jean-Yves.; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

